

Zélia vincula acordo com bancos a petróleo

PAULO SOTERO, DE WASHINGTON

O governo não pretende apresentar uma proposta inflexível, do tipo pegar ou largar, aos bancos credores quando as negociações começarem, no dia 10 de outubro. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, indicou ontem, numa entrevista coletiva em Washington, que a proposta brasileira contemplará pelo menos "dois cenários", atrelados a projeções diferenciadas dos preços do petróleo.

Pouco antes da coletiva, a ministra Zélia disse ao enviado especial do **Jornal da Tarde**, Fábio Paim Jr., que a disparada dos preços do petróleo altera as projeções econômicas do País. "O Brasil é um grande devedor. Pode sofrer com mais juros, mais inflação e alguma recessão. Com o panorama atual, teremos que rever nossas posições. Haverá menos recursos para transferir ao Exterior." Zélia disse na coletiva que, depois de conversar com seus colegas de países produtores de petróleo, continua convencida que as condições de mercado não sustentam os preços atuais e que eles deverão cair. Mesmo assim, afirmou que, ao abrir as conversas com os bancos, o governo brasileiro buscará convencê-los a discutir a capacidade de pagamento do Brasil com uma visão de médio prazo, "de cinco anos, e não do próximo balancete. Nesse contexto, há muitas opções e possibilidades", disse Zélia.

Divisão

A primeira rodada de conversações será dividida em três partes, segundo a ministra. O primeiro dia será dedicado a uma exposição ao Comitê de Bancos sobre o programa brasileiro, seus objetivos e os resultados até agora alcançados. O governo ainda não escalou quem fará esta apresentação. No segundo dia, o negociador da dívida, embaixador Jório

Zélia fechou, em seus contatos em Washington, repasse de US\$ 267 milhões com o diretor do Banco Mundial, S. Husain, para programas de saúde no Nordeste.



Dauster, apresentará a proposta aos credores. Segundo Jório, ainda não foi decidido se a oferta a ser feita aos bancos será divulgada publicamente, mas deixou implícito sua preferência de que a proposta seja apresentada somente a quem a ela se dirige. "Em qualquer negociação, os detalhes são confidenciais", explicou. Divulgar a proposta publicamente seria a forma mais curta de impedir a decolagem das negociações. Os bancos apresentarão suas reações iniciais no terceiro dia das conversas.

Procurando afastar a impressão estimulada nas últimas semanas pelos credores, de que o governo Collor estaria entrando nas negociações com uma atitude de má-fé, Zélia reiterou que "não nos anima o espírito de confrontação". Ela disse que o governo quer negociar de "forma construtiva e criativa".

A demanda dos bancos de que o Brasil faça um pagamento

adiantado de juros para estabelecer sua boa-fé não surpreende o governo nem leva ninguém em Brasília a perder o sono, afirmou Jório. Perguntado sobre declarações de alguns banqueiros, segundo as quais os bancos não se sentarão à mesa antes de receber um pagamento, o negociador da dívida respondeu: "sem negociação, também não haverá pagamento".

A Ministra da Economia, entretanto, deixou claramente aberta a hipótese de o governo vir a reiniciar os pagamentos de juros no curso das negociações, dependendo da receptividade dos credores à proposta brasileira.

Bloqueio

Jório Dauster indicou também que não acredita que os bancos tenham interesse em rechaçar sumariamente os argumentos brasileiros e produzir um mal começo das conversas, porque isso manteria bloqueada a aprovação do acordo com o FMI, pelo qual o Brasil espera receber, até o pri-

meiro semestre de 1992, um montante apenas um pouco maior daquele que tem que pagar ao Fundo por empréstimos anteriores, ou seja, US\$ 2 bilhões. "Se nós não fizermos o acordo **Stand By**, continuaremos, mesmo assim, a pagar o Fundo. Porque país que não paga o Fundo é pária. Nessa circunstância, teríamos menos US\$ 1,8 bilhão disponíveis para compromissos externos."

A realidade, confirmada por declarações que o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, fez ontem ao **JT**, é que o governo ainda não conseguiu convencer seus principais interlocutores externos que o Brasil mudou. E a "missão pedagógica", termo que desagradou a ministra Zélia, terá que prosseguir. "Uma coisa está clara. A percepção que se tem dentro do Brasil, de que este é um governo que faz o que promete, ainda não existe fora. E precisamos continuar a trabalhar nisso", afirmou Eris.

Denúncia: o Banco Mundial é um ninho de mordomias e marajás.

Dispondo de marajás na estrutura administrativa não é exclusividade do Brasil. Exatamente no Banco Mundial (Bird), que tem entre suas atribuições auxiliar com empréstimos a luta contra a pobreza nos países do Terceiro Mundo, os salários nababescos, o luxo desenfreado e o desperdício fazem parte do cenário cotidiano.

É o que vem denunciando em conferências e em artigos de jornais, em Washington, o médico inglês Michael Irwin, que até abril passado, durante um ano, foi chefe dos serviços sanitários da gigantesca organização. Para ele, não faz o menor sentido a recente proclamação do presidente dos Estados Unidos, George Bush, de confiar ao Bird um papel fundamental na nova ordem internacional pós-guerra fria. Na ordem do dia do Bird, segundo o acusador, figuram "esbanjamento, má administração e injustificada arrogância". Suas críticas são, quase sempre, à "convencida e hiper-remunerada burocracia" da instituição.

Em atuação desde 1945, agência da Organização das Nações Unidas com quartel geral na capital norte-americana, o Bird tem um fundo de US\$ 100 bilhões anuais para financiar projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. Só que na opinião de Irwin o banco não está de modo algum preparado para combater a pobreza. "Seu staff vive em um luxo despropositado, e está completamente fora de sintonia com a realidade e os problemas do Terceiro Mundo".

O médico explica que a babel de funcionários do banco — 6.000, procedentes de todos os

pontos da Terra — tem salários faustosos (uns 20% a mais que os empregados da ONU, que já não se queixam), além de status diplomático, o que significa não pagar impostos. Recepções com caviar são rotineiras, e os vôos a serviço são na primeira classe. Ele também alude a episódios de nepotismo e a assessoramentos externos pagos a preço de ouro.

Irwin revela que o Bird gasta anualmente, para si e para seus luxos, US\$ 1 bilhão, "o que é algo imoral, hipócrita, e sobre os ombros dos pobres do mundo". Esse bilhão representa, na verdade, os ganhos obtidos pelos empréstimos aos países em vias de desenvolvimento, com uma taxa mais alta que a paga pela aquisição dos capitais.